



SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA



O ANO EM REVISTA

2015

@NASA



Mensagem do Secretário-Geral

A publicação do primeiro “Ano em Revista” sobre as atividades dos organismos que integram o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) é um importante evento para o Sistema e constitui, simultaneamente, um motivo de elevada satisfação pessoal. Trata-se de mais um passo no caminho para a transparência, para a responsabilização e para a abertura ao escrutínio dos cidadãos a quem servem.

Os Serviços de Informações ocupam um lugar primordial na arquitetura de defesa e de segurança do nosso país, contribuindo para a salvaguarda dos interesses nacionais, da Democracia e dos Direitos, Liberdades e Garantias expressos na Constituição da República Portuguesa.

No essencial, o seu papel é de natureza preventiva e prospetiva, vocacionado para a redução da incerteza na decisão política e para o conhecimento amplo, rigoroso e profundo das ameaças, dos fatores de risco e

das oportunidades que se apresentam a Portugal.

Este é um desafio constante, num mundo em permanente mudança.

Nos últimos quarenta anos, estes têm sido os princípios orientadores e motivacionais da atividade operacional dos Serviços. 2015 foi, por isso, um ano marcante para as Informações nacionais com a comemoração do trigésimo aniversário do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e do vigésimo aniversário do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), um marco importante na história da democracia portuguesa.

Diariamente, e de forma empenhada, o SIED e o SIS exercem as suas competências legais, muitas vezes em colaboração com outras entidades nacionais e estrangeiras, no sentido de impedirem, em primeira linha, a concretização dos riscos e das ameaças globais que podem projetar-se em território nacional ou lesar os cidadãos e os interesses nacionais, onde quer que estes se encontrem.

Neste domínio, sobressaem o terrorismo, a espionagem, a criminalidade organizada transnacional, a proliferação de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, entre outros fenómenos desde há muito acompanhados pelos Serviços.

Contudo, nos últimos anos, o leque de temas sobre os quais as Informações são convocadas a pronunciar-se aumentou e diversificou-se,

introduzindo maior grau de complexidade e de exigência a esta atividade. A título de exemplo, salientam-se as ciberameaças, cujo tratamento impôs novas áreas de especialização profissional e novos desafios técnicos e metodológicos.

As exigências e as responsabilidades características do trabalho em Informações requerem profissionais muito qualificados, com formação especializada e solidez técnica.

Sobretudo requerem que este serviço público seja confiado a cidadãos idóneos, comprometidos com o interesse nacional e com elevado espírito de missão, capazes de aceitar estarem sujeitos a deveres e a ónus incomuns na administração pública.

Estou consciente de que a missão dos Serviços será tanto mais valorizada quanto maior for o reconhecimento público de que é útil e credível.

O presente documento, que designamos “O Ano em Revista”, representa um compromisso difícil entre o dever de sigilo e a necessidade de transparência. Suficientemente distante da ação concreta dos serviços, por respeito ao segredo de Estado, mas suficientemente próximo para esclarecer os portugueses sobre o âmbito de atuação do SIRP.

Assim, espero que este documento tenha um alcance alargado e que reforce o interesse de todos os cidadãos pelo seu Sistema de Informações e pelo contexto em que

desenvolve o seu trabalho, ao serviço de Portugal, da democracia e dos portugueses.

Júlio Pereira

Secretário-Geral do SIRP

ÍNDICE

MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL	2
ÍNDICE	4
1. O SIRP, A SEGURANÇA NACIONAL E O MUNDO GLOBAL.....	5
2. A PROJEÇÃO DE PORTUGAL NO MUNDO	8
África	8
América	11
Ásia	12
Europa	14
Médio Oriente e Norte de África	16
3. OS PORTUGUESES NO EXTERIOR.....	17
Diáspora Lusa.....	17
Forças Nacionais Destacadas	17
4. AMEAÇAS À SEGURANÇA INTERNA.....	21
Espionagem	21
Terrorismo.....	23
Proliferação de Armas QBRN	26
Crime Organizado Transnacional	27
Branqueamento de Capitais.....	29
Narcotráfico.....	30
Extremismos.....	31
Segurança Urbana	32
Ciberameaças	33
Segurança Energética	34
Segurança Económica	35
5. A PERSPETIVA DAS INFORMAÇÕES	37

1 O SIRP, a Segurança Nacional e o Mundo Global

Hoje, mais do que nunca, o planeamento estratégico do Estado obriga, perante a transnacionalização das ameaças do mundo global, à maximização das suas capacidades baseadas num plano de ação coordenado, dinâmico, criativo e suficientemente flexível para promover uma capacidade de resposta real e, se necessário, se adaptar a “imprevistos de última hora”.

Em Portugal, a preocupação do poder político em articular novas capacidades e formas de intervenção ficou patente nas recentes alterações legislativas a respeito da segurança e defesa nacionais. Com o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) foi evidenciado o contributo do Sistema de Informações da República Portuguesa para a implementação desse planeamento e para que, em tempo útil, sejam disponibilizados todos os elementos necessários à tomada de decisão.

“As Informações são um ativo estratégico do Estado português.”

(CEDN/2013)

Os Serviços de Informações assumem, portanto, especial relevo no âmbito das funções de soberania do Estado,

desempenhando um papel fundamental na sua arquitetura de segurança e de defesa, em particular na mais importante vertente de antecipação de ameaças e prevenção de riscos para Portugal.

Mas avaliar e perceber potencialidades e vulnerabilidades revela-se tarefa complexa, particularmente devido à natureza, variedade e fluidez dos fenómenos analisados. A condução estratégica do SIRP converge, na hierarquia das suas prioridades e na consistência e coerência do trabalho operacional, com as matrizes estratégicas fundamentais da inserção de Portugal no mundo e da afirmação da identidade e dos desígnios nacionais.

Ora, sendo o Estado o principal prestador, dinamizador e regulador da segurança, a esfera de ação do SIS – sem competências policiais ou de investigação criminal – situa-se num nível eminentemente preventivo. Conhecer, caracterizar e descrever as ameaças, os seus agentes e objetivos, a fim de antecipar a sua evolução e avaliar o seu impacto securitário, possibilitam a adoção precoce de medidas para a sua repressão ou mitigação.

Porém, não se trata apenas da esfera de segurança e soberania nacionais. Trata-se também das dimensões euro-atlântica, lusófona e global da segurança portuguesa, em que o SIED tem, em primeiro lugar, uma responsabilidade particular na produção de informações que contribuam para a salvaguarda da Independência Nacional, dos interesses nacionais – em especial a segurança dos portugueses com ligações ou estabelecidos no exterior – e a segurança externa do Estado Português, destacando-se as forças nacionais projetadas em teatros externos e os representantes do Estado português no plano internacional.

A projeção de Portugal no mundo num quadro de defesa e independência nacional

Tradicionalmente, Portugal tem conduzido a sua política externa numa perspetiva que se pode considerar de vocação global, do ponto de vista geopolítico e geoestratégico.

Acrescem, no xadrez mundial, relações diplomáticas assumidamente abrangentes e inclusivas, o que confere obrigações do ponto de vista da segurança global face a ameaças transversais (como o terrorismo, as migrações descontroladas em larga escala, a escassez dos recursos naturais), que implicam, necessariamente, uma reconfiguração dos esforços cooperativos internacionais.

Os compromissos internacionais do Estado português efetivam-se, essencialmente, na pertença à União Europeia (UE), à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e às demais organizações internacionais de que somos membros, tais como as Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Nas suas linhas programáticas, todas estas instituições relevam a segurança, implícita e necessariamente uma segurança global e cooperativa, como condição essencial para a prossecução dos seus objetivos – desde os direitos humanos até à promoção da Aliança das Civilizações, da regulação dos mercados financeiros ao desenvolvimento económico, da manutenção da paz e das intervenções humanitárias até à sustentabilidade ecológica do planeta e à gestão dos recursos energéticos e alimentares.

Por outro lado, num quadro de globalização económica e financeira, a economia mundial foi, nos últimos anos, marcada pela crise internacional, o que induziu importantes alterações no relacionamento entre os principais *players* mundiais e criou múltiplos vetores de perturbação e de (des)equilíbrio, de mudança e de grande incerteza, impondo reajustamentos necessários dos modelos de desenvolvimento herdados do século XX.

Deste modo, impõe-se aos Serviços de Informações portugueses que, para além das ameaças provenientes do terrorismo, da espionagem e da criminalidade organizada, que sempre estiveram na sua esfera tradicional de interesses, adaptem também as suas missões e as suas prioridades às novas realidades, cumprindo referir, como temáticas pertinentes:

- *os desequilíbrios da competitividade entre as economias;*
- *a competição pelos recursos energéticos e naturais;*
- *a identificação de novos mercados;*
- *o ciberespaço e o potencial das novas tecnologias;*
- *as novas soberanias marítimas no quadro das extensões das plataformas continentais;*

- *a falência de modelos de integração social e os seus efeitos no Estado de Direito;*
- *a privatização da segurança e da defesa;*
- *a corrupção;*
- *a degradação ambiental;*
- *as clivagens étnicas, sociais e religiosas; e*
- *a segurança alimentar.*

Em suma, e no quadro das suas competências legais, as Informações nacionais são chamadas, direta ou indiretamente, na avaliação dos fatores de risco e ameaças, assim como das oportunidades e linhas de força que convergem para a definição do ambiente de segurança e para aferição dos seus equilíbrios e pontos de rutura face aos desígnios nacionais.

MISSÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES



2 A projeção de Portugal no mundo

ÁFRICA

África constitui um dos polos geoestratégicos mais relevantes da atualidade, atento o potencial de emergência socioeconómica que regista. De acordo com as previsões, nas próximas décadas será um dos principais repositórios de recursos, designadamente energéticos, indispensáveis à sustentação da economia mundial e ao desenvolvimento humano em geral.

Isto num quadro em que a emergência de novos mercados se constituirá como um fator de interdependência de agentes económicos de diversas origens geográficas, bem como uma oportunidade de catalisação de setores económicos orientados para a inovação tecnológica e para a dinamização do comércio externo.

O DESENVOLVIMENTO HUMANO E O POTENCIAL ESTRATÉGICO DO CONTINENTE AFRICANO

Os índices de desenvolvimento africano, a mostrarem sustentabilidade, são atrativos para economias e agentes económicos de outros continentes, dotados de potencial

para um posicionamento cada vez mais relevante no plano político-diplomático e económico no seio da comunidade internacional.

PORTUGAL E A VOCAÇÃO AFRICANA

Portugal posiciona-se como um dos atores internacionais para quem a vocação africana assume uma importância central, com destaque para os países de expressão portuguesa. Por esta razão, o continente apresenta-se como um destino incontornável para a projeção de interesses nacionais e para o reforço das linhas de cooperação em áreas de interesse comum, configurando-se as diásporas lusófonas como um exemplo de uma interatividade orientada ao desenvolvimento.

O esperado crescimento exponencial dos setores económicos africanos apresenta-se igualmente atrativo para um vasto leque de atores estatais e não estatais, cuja intervenção será geradora de instabilidade político-securitária, económica e social. Prevê-se a instrumentalização de algumas vulnerabilidades institucionais e humanas, em que a fragilização institucional dos

Estados visará a maximização dos seus interesses particulares.

***A INSTRUMENTALIZAÇÃO
EXTERNA DAS
VULNERABILIDADES
INSTITUCIONAIS E
SOCIOECONÓMICAS***

De facto, constatam-se neste continente diversas vulnerabilidades relativas à segurança dos Estados e das pessoas, com reflexos negativos incontornáveis ao nível do desenvolvimento humano.

A manutenção de assimetrias socioeconómicas no seio dos diversos Estados encontra-se indelevelmente associada à implantação e consolidação de fenómenos como a criminalidade organizada e o terrorismo de matriz islamista, que têm disseminado a insurgência e a desestabilização.

***SEGURANÇA: AMEAÇAS
IMINENTES
TERRORISMO E CRIME
ORGANIZADO
TRANSNACIONAL***

Recorde-se que, em diversos países africanos, proliferam efetivamente grupos ideologicamente agregados à matriz islamista internacional, como a Al Qaeda do Magrebe Islâmico, o Boko Haram e a Al Shabaab. Estes procuram disseminar a sua ideologia por todo o continente,

desagregando os sistemas democráticos pela via do terror, muitas vezes potenciando fraturas latentes de cariz étnico e religioso e desestabilizando os Estados, no sentido de conduzir à sua secessão.

***A SEGURANÇA HUMANA
A MOBILIDADE ALARGADA
ENQUANTO CAUSA E EFEITO
DOS CONFLITOS E DA
CRIMINALIDADE***

Ora, se por um lado os vetores da mobilidade e da circulação alargada de pessoas e bens se constituem como estímulo ao desenvolvimento, por outro, as carências e a precariedade humanitária, associadas à deslocação de pessoas, sobretudo por força de conflitos, potenciam a emergência de centros de refugiados em diversos países.

Por sua vez, estes constituem-se como via de pandemias e palco de intervenção, designadamente da matriz criminosa e islamista, assumindo esta conjuntura um potencial de ameaça que se projeta – por via da mobilidade internacional legal e ilegal – noutras regiões, designadamente na Europa.

Em defesa da segurança nacional, mas também dos interesses dos diversos parceiros internacionais, o SIRP procura acompanhar as movimentações internacionais de pessoas e bens, assim

como das diversas diásporas, enquanto meio de infiltração do espaço europeu por agentes de ameaça.

Neste contexto, sobressai o fenómeno das migrações irregulares, não apenas pelo seu direto impacto em território nacional, mas também porquanto tais fluxos, resultando de conflitos armados e de desequilíbrios de diversa etiologia nos países de origem, impõem fortes pressões de cariz social, securitário e económico no conjunto dos países europeus onde se instalem.

Finalmente acrescem, como elementos agravantes do fenómeno, os frequentes conflitos negativos de jurisdição e as dificuldades de intervenção das autoridades nacionais. Por um lado, perante as dificuldades de acompanhamento e integração dos migrantes, em especial nas zonas de maior incidência do mesmo (periferias da Europa) e ao longo das rotas de migração, ambos vetores de facilitação do tráfico de seres humanos e da escravatura. Por outro, dando azo ao desenvolvimento de atividades criminosas associadas, como a contrafação de documentos e outros tráficos.

A PIRATARIA MARÍTIMA E O GRAVE IMPACTO NA SEGURANÇA

Outra ameaça relevante é a da pirataria marítima, que embora não se confinando

aos espaços geográficos africanos é, neste palco, que tem assumido, nos últimos anos, especial visibilidade. Apesar de ser um fenómeno com repercussão mais remota em Portugal, as nossas forças navais têm intervindo nas operações de segurança contra a pirataria no oceano Índico e no Golfo da Guiné, contribuindo para a diminuição da sua incidência.

Evidentemente que, pelas características que assume, a pirataria exerce um grave impacto na segurança do comércio internacional dos transportes e infraestruturas energéticas, dos portos e do tráfego marítimo em geral.

Paralelamente, constitui uma ameaça que dinamiza uma economia paralela relevante no tráfico de hidrocarbonetos a nível internacional e na disrupção do tráfego de mercadorias, este com especial incidência, nos últimos tempos, no Golfo da Guiné.

Neste contexto, os Serviços de Informações têm desenvolvido competências e integrado os esforços da comunidade internacional na identificação desta ameaça de enfoque global, suas tendências, vulnerabilidades dos sistemas de vigilância marítima e das Forças de Segurança competentes para o combate ao fenómeno e às tipologias criminosas a ele associadas, como sejam o tráfico de armas, a corrupção e os roubos a tripulações.

A VOCAÇÃO CPLP

Por último, importa proceder a uma avaliação permanente das oportunidades e constrangimentos que se apresentam a Portugal e aos seus interesses, enquanto parceiro privilegiado de Estados africanos, valorizando os laços históricos e culturais, bem como os valores imateriais que conformam, principalmente a CPLP. Esta organização prefigura-se como o pólo de convergência de interesses e potencial modelo de concertação e de cooperação – a nível internacional e regional –, sendo ponte de acesso a outros países e outras organizações regionais, em valorização do estatuto que Portugal detém no quadro do relacionamento africano, sobretudo com os PALOP.

AMÉRICA

O continente americano constitui um espaço de crescente atratividade no contexto internacional junto do qual Portugal tem procurado alavancar os laços históricos, políticos, económicos, sociais, culturais e linguísticos. Aqui, a forte comunidade portuguesa e luso-descendente residente em vários países assume particular importância, implicando, também por essa via, um acompanhamento de oportunidades e

constrangimentos que possam afetar os interesses nacionais aí projetados.

CRESCENTE ATRATIVIDADE DO CONTINENTE AMERICANO

Constituindo um espaço geográfico de acentuada heterogeneidade político-ideológica sobressaem algumas situações de instabilidade com repercussões no domínio político-securitário, a que se somam processos eleitorais que se traduzem em renovadas correlações de forças e dinâmicas com implicações relevantes tanto no domínio interno, como nos quadros regional e internacional.

CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL DA REGIÃO

Esta diversidade político-ideológica entre os vários países traduz-se em desafios no quadro do seu relacionamento externo, seja ao nível bilateral, seja no quadro das principais organizações de integração e de diálogo regional, as quais, pelas suas características, configuram também importantes plataformas de projeção externa dos seus membros, seja ainda com atores extracontinentais.

Já no domínio social, as aspirações económico-sociais decorrentes do crescimento económico têm suscitado em

alguns países a eclosão ou a manutenção de situações de instabilidade.

A dinâmica e os níveis de crescimento económico em algumas das principais economias do espaço da América Latina têm reforçado a sua abertura ao exterior e potenciado uma crescente dinamização das relações de comércio e investimento com atores de outros espaços geográficos, incluindo Portugal, reforçando assim um relacionamento em áreas de complementaridade económica.

A ATRATIVIDADE ECONÓMICA E AS VULNERABILIDADES SECURITÁRIAS DA REGIÃO

Persistem, todavia, neste espaço geográfico, ameaças difusas e transversais com potencial influência negativa na estabilidade interna e no ambiente de segurança de alguns dos países da região, exigindo uma atenção acrescida no contexto da proteção dos interesses nacionais e do apoio e defesa da diáspora portuguesa.

A par dos fenómenos suscetíveis de afetar esta região, designadamente no âmbito da criminalidade organizada, a persistência de clivagens sociais e ideológicas em determinadas esferas da sociedade tem igualmente colocado desafios securitários, atento, quer o pontual agravamento do

clima de contestação popular, quer ainda o recrudescimento dos incidentes perpetrados por grupos extremistas ideologicamente motivados.

ÁSIA

NOVO POLO ESTRATÉGICO DA ORDEM ECONÓMICA E POLÍTICA MUNDIAL

O espaço Ásia-Pacífico, emergindo como um dos principais espaços dinamizadores da economia mundial vem, também, consolidando a sua condição de polo estratégico fundamental da nova ordem política internacional.

Observa-se uma crescente importância do espaço político-económico, estratégico e financeiro asiático no contexto dos equilíbrios económicos internacionais, muito em resultado das dinâmicas regionais decorrentes do aumento da influência das suas principais potências, cujas políticas externa e de defesa têm apreciáveis implicações na estruturação do ambiente diplomático e securitário da Ásia-Pacífico e, ainda, no que concerne o relacionamento com Portugal, outros países lusófonos ou a União Europeia.

REEMERGÊNCIA DE DINÂMICAS DE COMPETIÇÃO COM ENVOLVIMENTO DE ATORES EXTERNOS

De notar, neste contexto, que a reemergência de dinâmicas de competição estratégica na Ásia-Pacífico, atraindo e envolvendo potências autóctones e exógenas à região, vem sendo calibrada por algumas notas de concertação diplomática como é o caso da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Neste quadro, o conjunto de ameaças emergentes é de grande amplitude, avultando as ameaças não convencionais: a segurança alimentar, as pandemias, os desastres naturais e outras ameaças relacionadas com a segurança de recursos, a proliferação nuclear, a escalada de tensões regionais.

***PERSEVERANÇA DA AMEAÇA
TERRORISTA PARA A
EUROPA COM ORIGEM NO
PALCO DE JIHAD AFGANO-
PAQUISTANÊS***

Acresce a sobrevivência, na Ásia do Sul, de uma infraestrutura jihadista com ramificações ideológicas a nível mundial, que tem como objetivos prioritários, para além de potenciar as atividades insurgentes e terroristas no Afeganistão, realizar ataques terroristas contra interesses ocidentais em território europeu, o que configura esta sub-região como um importante foco de origem da ameaça terrorista à Europa.

Deste modo, o Sudeste Asiático poderá surgir como eventual palco de ressuscitamento da ameaça terrorista islâmica, embora numa lógica de jihadismo parasitário, influenciado por movimentos secessionistas locais com base de diferenciação cultural profundamente marcada pela identidade religiosa.

Assim, e face à sua crescente importância no contexto dos equilíbrios económicos e estratégicos internacionais, os desenvolvimentos na Ásia são relevantes para a proteção dos interesses económicos portugueses e para a sua projeção em novas zonas. De referir, entre outros, os vetores de afirmação da lusofonia como a língua e o património cultural português, tal como as comunidades de cidadãos portugueses e de luso-descendentes aí residentes.

Com efeito, esta integração da lusofonia parece surgir como um aprofundamento do seu já existente vetor asiático-oceânico, reclamando cada vez mais atenção por parte das potências regionais, sobretudo pelo potencial de multiplicação estratégica transcontinental que possui e por constituir uma oportunidade não negligenciável para Portugal e para os interesses portugueses.

EUROPA

DESAFIOS ECONÓMICOS E AMEAÇAS DE ESCALA E IMPACTO DIVERSO

A Europa prossegue o desafio de ultrapassar a crise económica, mas enfrentou também um conjunto de outros desafios tanto no campo das ameaças e riscos tradicionais, como no que diz respeito a fenómenos disruptivos, assimétricos e com graus de impacto de escala diversa que, de forma direta ou colateral, são suscetíveis de colocar em causa o interesse nacional.

Perante a expectativa de reordenamento político-económico no continente europeu, surgiram focos de fricção em diversos países do continente que, em determinadas situações, têm vindo a manifestar, de forma continuada e crescente, reivindicações de pendor nacionalista e secessionista.

FRATURAS GEOPOLÍTICAS

De referir, também, que se evidenciaram novos sinais de fratura nos equilíbrios geográficos europeus. Consoante o palco onde são suscitados assumem contornos potenciadores de instabilidade para o arquétipo de estabilidade e segurança na Europa. Para além das implicações

geopolíticas e geoestratégicas, cumpre sublinhar os efeitos securitários regionais, que colocam em linha de fratura blocos regionais ou Estados e fragilizam a resposta aos desafios económico-financeiros que a Europa enfrenta no seu todo. Desta forma, suscitam-se, sobretudo, interrogações sobre a capacidade de gerar processos de entendimento que promovam soluções geradoras de bem-estar e de desenvolvimento das populações em regiões onde estas tendências são mais evidentes.

AMEAÇAS DO FLANCO SUL

Subsiste ainda a crescente necessidade da Europa em obstar aos múltiplos desafios externos que assolam a sua vizinhança. Esta dinâmica de resposta obriga a um equilíbrio e capacidade de estabelecimento de sinergias com outros atores do sistema internacional, sobressaindo, entre outras questões da atualidade, a situação no flanco sul e os respetivos impactos que suscita para a Europa, atento designadamente o fenómeno das migrações com destino às fronteiras externas europeias.

ESPIONAGEM E SALVAGUARDA DE INFORMAÇÃO SENSÍVEL

Paralelamente, as ações de espionagem, entendidas enquanto vetores de ameaça tradicionais, atingem múltiplos atores

européus – Estados, empresas, cidadãos –, verificando-se uma crescente proliferação de agentes que procuram aceder ilegalmente a dados e informação diversa. Deve ser ainda destacado o crescimento da prática da publicação indevida de material classificado, o que coloca em risco o desenvolvimento de missões de cariz específico e de particular sensibilidade para a salvaguarda da segurança e do bem-estar das populações no espaço europeu.

Acresce que os múltiplos desafios político-sociais, que caracterizam a atual conjuntura na Europa, têm suscitado o aumento de fenómenos de violência praticados por círculos extremistas ideologicamente motivados.

CRIMINALIDADE ORGANIZADA: EIXO DE RUTURA AO ARQUÉTIPO DE SEGURANÇA EUROPEU

No entanto, é a atividade do crime organizado (CO) que se identifica como um dos eixos de rutura da segurança na Europa. Efetivamente, tal como vem sendo notado nos últimos anos, a volatilidade da ação dos grupos de CO, independentemente da sua matriz de origem – ou da confluência de matrizes – tem suscitado múltiplos desafios às autoridades e à comunidade de Informações. A ação destas redes em fenómenos tão distintos como o

terrorismo, o narcotráfico, a imigração irregular ou o branqueamento de capitais tem originado a obrigação de uma constante adaptação das Informações a estas realidades.

COMBATER O TERRORISMO: A COOPERAÇÃO COMO VETOR CENTRAL

Ao sublinhar o fenómeno terrorista, quer de matriz separatista, quer jihadista como vetor de ameaça para o espaço europeu deve referir-se que a tendência para o aumento das ocorrências relacionadas com os processos de autoradicalização se tem claramente evidenciado, circunstância que reforça a necessidade de um cada vez maior interface de cooperação no plano nacional e internacional.

SEGURANÇA ENERGÉTICA E CIBERAMEAÇAS

Simultaneamente, a segurança económica, a segurança energética ou as ciberameaças suscitam significativos desafios às Informações, sendo seu objetivo alertar e prevenir os riscos e efeitos destes fenómenos para o interesse nacional.

MÉDIO ORIENTE E NORTE DE ÁFRICA (MENA)

A instabilidade regional e o aumento do potencial de conflito no MENA, acrescidos da consequente degradação dos fatores políticos, sociais, económicos e de segurança, têm sérios impactos na estabilidade dos Estados e, no limite, na segurança das fronteiras nacionais, refletindo-se na instabilidade dos produtos energéticos nos mercados internacionais, com impacto nas já fragilizadas economias europeias e portuguesas.

PERSISTÊNCIA DE UM ELEVADO NÍVEL DE CONFLITUALIDADE REGIONAL E FRAGILIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS SECURITÁRIAS E ESTATAIS EM FUNÇÃO DAS DINÂMICAS INICIADAS, EM 2010, NA TUNÍSIA

De facto, os desenvolvimentos nos países MENA têm um efeito imediato quer ao nível da segurança dos interesses portugueses aí presentes, quer na projeção de ameaças de teor securitário nos espaços onde Portugal se insere (como é o caso da União Europeia e da OTAN), quer ainda no que concerne à segurança energética.

AUMENTO DA AMEAÇA TERRORISTA SOBRE INTERESSES EUROPEUS NA REGIÃO E NA EUROPA

No caso do Médio Oriente, a ordem política árabe sofreu mutações que aprofundaram as linhas de fratura etno-sectárias e provocaram a desestabilização da já de si frágil situação securitária.

A situação na região deverá permanecer volátil, tendo em conta a complexidade e a diversidade tanto das próprias sociedades, como dos desafios que enfrentam.

De referir que a complexidade da situação em algumas regiões do Norte de África, com destaque para a falta de políticas securitárias, contribui para o aumento dos desafios que assolam estes espaços, sobretudo no que se refere à contenção dos fluxos migratórios clandestinos (que deverão continuar a incidir sobre o flanco meridional da Europa), do tráfico de estupefacientes e da criminalidade organizada, assim como da neutralização da ameaça terrorista e do combate à proliferação de armas.

3 Os Portugueses no exterior

DIÁSPORA LUSA

Constituindo-se como plataformas de projeção, disseminação e reforço dos interesses nacionais, as comunidades lusas no exterior apresentam-se como centros de dinamização de oportunidades para o estabelecimento desses mesmos interesses e, ao mesmo tempo, a constrangimentos diversos e à pressão de ameaças difusas.

A identificação de tais ameaças constitui-se precisamente como um dos desígnios dos Serviços de Informações no quadro da proteção de pessoas e interesses nacionais no exterior.

Ora, se a demanda de outros países, por força de vicissitudes decorrentes da crise económica europeia e nacional permitiu, por um lado, o surgimento de novos polos de influência e a dinamização de antigas comunidades lusas, por outro, veio determinar novas preocupações. Atualmente, impõe-se uma necessidade de reforço securitário face a todos os imponderáveis que se colocam a quem pretenda intervir noutros palcos económicos e culturais, o que obrigou à integração de novos cenários no elenco

das regiões prioritárias e a alocação de meios que visam, precisamente, a segurança e defesa dos interesses destes nacionais que potenciam o capital de afirmação de Portugal no mundo.

PROTEÇÃO DAS COMUNIDADES E INTERESSES PORTUGUESES

Procurou-se assim, minimizar a exploração das carências dos cidadãos emigrantes através da proteção dos seus interesses das estruturas criminosas e sua eventual subsequente disseminação para território nacional, pretendendo-se, com isso, impedir conexões à criminalidade e às respetivas atividades criminosas.

FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS (FND)

Dentre as missões atribuídas aos Serviços de Informações – e sem prejuízo das atribuições legais conferidas ao Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL) - é estreita a cooperação mantida pelo SIRP em missões internacionais.

Efetivamente, no quadro de missões internacionais, no âmbito das Nações Unidas, da OTAN ou da UE, o papel das Informações, em estreita colaboração com entidades parceiras nestas organizações, passou por conhecer o enquadramento estratégico dos teatros de operações, quer pela avaliação regular da ameaça que impende sobre estas áreas, quer pela identificação de outros fenómenos que de alguma forma possam intentar contra o regular desenvolvimento das missões militares que Portugal integra.

O APOIO A MISSÕES PORTUGUESAS NO EXTERIOR

BALCÃS/KOSOVO

A missão nos Balcãs/Kosovo avaliou o conjunto de ameaças geradoras de riscos que se apresentam como um sério entrave a um progresso da estabilização nos países da região e, em particular, do Kosovo. Entre tais ameaças identificam-se as tensões interétnicas, a corrupção, a ação de grupos de criminalidade organizada e focos de extremismo nacionalista, político e religioso.

Os esforços de acompanhamento destas realidades continuaram na perspetiva de, num primeiro plano, conhecer o seu

impacto nas FND e, num segundo plano, para a segurança do espaço UE.

MALI

Por seu lado, o teatro operacional do Mali, no contexto geográfico do eixo Magrebe-Sahel, tem interesse primordial não apenas pela proximidade geográfica e mobilidade dos diversos agentes da ameaça que atravessam aquele espaço (tendo a Europa como eventual referência de destino), mas também pelo potencial de contaminação desses fenómenos com impacto securitário negativo em países da África sub-magrebina, parceiros estratégicos para Portugal.

A presença de forças portuguesas no teatro de operações do Mali, no âmbito da intervenção das forças da União Europeia – EUTM e da MINUSCA – constitui, só por si, facto relevante para justificar ser o Mali objeto de especial atenção dos Serviços de Informações. Assim, concretiza-se a monitorização da situação político-securitária e dos seus vetores de perturbação, bem como a identificação dos fenómenos que se poderão constituir como uma ameaça direta, quer para as forças militares destacadas, quer para os cidadãos e interesses nacionais em presença.

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

O teatro de conflito da República Centro Africana (RCA) apresenta-se como palco conturbado da África Central, influenciando um agravamento da situação securitária regional. Este quadro obrigou os Serviços de Informações a um acompanhamento da situação político-securitária do teatro operacional e dos fenómenos de etiologia transversal, visando a avaliação da conjuntura político-securitária e da ameaça que impende sobre os militares e do português – Comissário de Polícia das Nações Unidas – para auxílio ao processo de tomada de decisão política.

EUTM SOMÁLIA/ OPERAÇÃO ATALANTA

Embora tenha sido reduzida a participação nacional na missão internacional EUTM Somália e na Operação Atalanta, continua a registar-se uma intervenção portuguesa.

Os Serviços de Informações têm continuado a avaliar a ameaça e os seus agentes no domínio da definição dos impactos securitários na Somália e nos espaços próximos, decorrentes da perpetuação daquele conflito e da respetiva disseminação a outros países regionais.

Acresce a caracterização do fenómeno da pirataria no Oceano Índico, o qual continuou a manifestar-se, não obstante os

sucessos alcançados durante os últimos anos, por força da intervenção da Comunidade Internacional, da capacitação das forças locais e do reforço das medidas de segurança em meio marítimo.

Esta avaliação releva a projeção das FND em diversas operações de paz ou equiparadas que, conforme o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, consolidam o papel de Portugal enquanto co-produtor de segurança internacional, representando uma linha de trabalho continua para as Informações.



4 AMEAÇAS À SEGURANÇA INTERNA

Os Estados enfrentam crescentes e complexos desafios securitários, seja em virtude da mutação e do reforço das ameaças de natureza transnacional, difusas, complexas e assimétricas (como o crime organizado, o terrorismo, a espionagem e a ciberameaça), seja pelo surgimento de novas tipologias de agentes e de *modi operandi*.

Combater estas ameaças e, paralelamente, proteger a integridade do modelo constitucional vigente e a liberdade e segurança dos cidadãos exige o empenho de todos os atores no domínio da segurança interna no cumprimento da missão específica que lhes foi confiada.

A esfera de ação do SIS situa-se a um duplo nível, preventivo e prospetivo, que se complementam entre si. São objetivos conhecer, caracterizar e descrever as ameaças, os seus agentes e estratégias, de molde a antecipar a sua evolução e mutação e avaliar o seu impacto securitário, possibilitando a adoção precoce de estratégias para a sua repressão ou mitigação.

Em virtude da natureza global, transversal e sofisticada das ameaças, os Serviços de Informações portuguesas têm prosseguido uma política de franca cooperação com as demais Forças e Serviços de Segurança, traduzida num reforço de partilha de informações e na criação de *fora* específicos para debater e aprofundar o conhecimento sobre determinados fenómenos.

De igual modo, a cooperação internacional (bilateral e multilateral) com outros Serviços de Informações tem-se revelado fundamental para antecipar a emergência de novos desafios securitários e ampliar o conhecimento sobre os principais agentes de ameaça.

ESPIONAGEM

Os Serviços de Informações têm a missão de informar o Governo sobre as ameaças à segurança interna resultantes da espionagem e da interferência estrangeira tenham elas origem em serviços congéneres estrangeiros ou numa teia de organizações de fachada usadas para dissimular os

interesses, não declarados, de outros Estados.

A par da recolha, por métodos clandestinos, de informação sensível e classificada de natureza política e militar, estas entidades centram hoje parte da sua atividade na obtenção de informação com valor económico. Se alcançados os seus objetivos – a recolha de informação privilegiada – tal significaria, para Portugal, um sério comprometimento da segurança interna.

Entendemos melhor o alcance e os objetivos destas ações de espionagem contra Portugal se pensarmos nas áreas visadas e conhecermos a valorização que estes fazem do potencial da informação – política, militar e económica – e da sua aplicação e projeção nos seus próprios interesses nacionais. Este é, pois, o núcleo da missão dos Serviços de Informações.

De facto, a atividade desenvolvida no nosso país por parte de Serviços de Informações e de outras entidades de Estados estrangeiros resulta da avaliação e valorização destes pressupostos, que poderão recolher e utilizar na projeção dos seus interesses próprios. Portugal, membro da OTAN e da CPLP, ocupa um lugar relevante no mundo, em particular, pelo facto de se encontrar no centro geográfico da comunidade transatlântica e de ser um polo dinamizador das relações entre a Europa Ocidental, a África Austral e a América do Sul. Acresce o facto do nosso país ser percecionado como um entreposto para

as relações políticas e económicas com a União Europeia, fruto da sua história, dos seus valores e cultura e da sua vocação universalista.

Portugal é, assim, um terreno atrativo para a obtenção de informação política e militar, atividade que, para além de colocar ameaças à segurança interna, pode causar perturbações nas relações externas.

Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico e científico alcançado nas últimas décadas em Portugal constitui, igualmente, um motivo de interesse para que Serviços de Informações e empresas estrangeiras promovam ações de espionagem económica e industrial contra empresas e outras entidades portuguesas.

Ao longo dos últimos anos, houve domínios da investigação científica que apresentaram resultados com valor económico muito elevado e que despertaram o interesse de organizações estrangeiras, como, por exemplo, os da biotecnologia, da nanotecnologia, da energia renovável e da eficiência energética.

Em paralelo, as empresas que integram uma forte componente de inovação tecnológica e que mais contribuem para o crescimento das exportações são alvo, muitas vezes, de operações de furto de conhecimento e de quadros qualificados ou de aquisições tendo em vista o controlo dos órgãos de gestão, expediente através do qual passam a

favorecer interesses económicos estrangeiros.

PROSECUÇÃO DE INTERESSES ESTRANGEIROS COM REFLEXOS NEGATIVOS NA SEGURANÇA INTERNA DE PORTUGAL

A espionagem económica e industrial acarreta custos para o país e para as empresas. Num ambiente económico fortemente concorrencial, a espionagem poderá ter como consequências a perda de vantagens competitivas, a perda de contratos e de negócios, a quebra das receitas fiscais, a perda de postos de trabalho e o desincentivo à inovação e ao investimento.

OS NOVOS DESAFIOS QUE A CIBERESPIONAGEM COLOCA

Deve destacar-se, nos últimos anos, a crescente aposta em meios técnicos altamente sofisticados para a recolha, no ciberespaço, de informação sensível e classificada, o que fez aumentar o potencial de risco da ameaça da espionagem realizada pelos Estados, por empresas e por um conjunto crescente de entidades de cobertura de interesses estrangeiros. A possibilidade de tais entidades, vinculadas ou não a Estados, acederem e transferirem quantidades maciças de dados, a partir do

exterior, com poucas probabilidades de serem detetados e identificados, constitui um sinal de que a espionagem, em particular a económica e industrial, acentuar-se-á nos próximos anos com capacidade de provocar danos ainda maiores do que os atuais.

AÇÃO DAS COMUNIDADES EM DIÁSPORA SEDEADAS EM PORTUGAL

Por outro lado, continuaram a ser detetadas, em 2015, ações de controlo de algumas comunidades estrangeiras radicadas no nosso país, controlo este que visa, no essencial, a monitorização de dissidentes políticos e o recrutamento de agentes de influência e de fontes de informação. Verificaram-se, também, tentativas de manipulação de indivíduos das comunidades como veículos de propaganda dos respetivos regimes políticos instituídos.

TERRORISMO

O *modus operandi* dos atentados terroristas ocorridos em França, em NOV15, bem como as notícias da presença na Europa de operacionais isolados ou de combatentes afetos ao grupo Estado Islâmico evidenciaram um novo limiar da ação terrorista nos países que compõem o espaço da União Europeia.

A reconfiguração da ameaça terrorista surge inevitavelmente relacionada com a agudização do conflito sírio que contribuiu para o incremento da atuação de grupos terroristas e para a inclusão desse palco de *jiha*d na retórica islamista preconizada pelas diversas organizações terroristas com expressão internacional. De facto, a Síria e, mais recentemente, o Iraque atraem hoje um número significativo de extremistas oriundos de diversas regiões, tornando-se destinos cada vez mais populares para os extremistas europeus.

Em Portugal, a ameaça decorrente do fenómeno dos combatentes estrangeiros no conflito Síria/Iraque traduziu-se, durante o ano de 2015, na participação nesse conflito de cidadãos nacionais, cujos processos de radicalização violenta ocorreram fora do país. Todavia a possibilidade do seu retorno à Europa, ou a território nacional, não deixa de representar um sério risco para a segurança interna comum e nacional.

Igualmente, à semelhança dos outros Estados europeus, Portugal também não se encontra imune aos efeitos da propaganda difundida em larga escala na internet por organizações terroristas, em especial pelo grupo Estado Islâmico. Essa propaganda afigura-se apta a potenciar uma crescente identificação ideológica de indivíduos jovens e mais vulneráveis aos

métodos e propaganda dos grupos terroristas transnacionais.

Nesse contexto, a atividade prosseguida pelo SIS destina-se a avaliar, de forma atempada, a ameaça terrorista, tendo como base o conhecimento sobre os alvos, os meios e os *modi operandi* das organizações terroristas e dos seus agentes.

Nesse contexto, o SIS tem promovido, no quadro das melhores práticas internacionais, o reforço da segurança das infraestruturas críticas nacionais e de outros alvos preferenciais de ataques terroristas, estabelecendo para o efeito programas de cooperação no domínio da proteção dessas infraestruturas e pontos sensíveis com entidades públicas ou privadas, que têm a seu cargo a gestão desse tipo de infraestruturas.

RADICALIZAÇÃO E EXTREMISMO VIOLENTO DE CARÁTER ISLAMISTA

Visando a proteção dos interesses portugueses no exterior e a avaliação das ameaças que se possam projetar sobre estes ou sobre território nacional, destacou-se ainda o terrorismo de matriz islamista. De facto, e não obstante o facto de Portugal não se constituir como um alvo prioritário desta matriz, a inserção no espaço europeu

e a proximidade ao norte de África, a que acresce a existência de fortes interesses portugueses, justificam o acompanhamento deste fenómeno.

No que concerne à luta contraterrorista em território europeu, de destacar que a maioria das operações registadas se relacionam com a Jihad no teatro sírio, designadamente de desarticulação de redes de recrutamento/células com planos de ataque e detenção de extremistas europeus (regressados ou de partida). A situação na Síria emergiu como um novo foco de atenção dos Serviços de Informações, em função do elevado contingente de combatentes oriundos da União Europeia maioritariamente inseridos na componente jihadista da oposição síria, com destaque para o Grupo Estado Islâmico (GEI) ou a Frente Jabhat al Nusrah, a filial oficial da Al-Qaida (AQ) na Síria.

***CRESCENTE PREPONDERÂNCIA
DO PALCO SÍRIO-IRAQUIANO
COMO DESTINO PRIVILEGIADO
DOS EXTREMISTAS EUROPEUS***

Este fenómeno de dimensões extraordinárias encerra importantes desafios para as Forças e Serviços de Segurança europeus, desde logo em virtude da dificuldade prática em controlar, de forma efetiva, todos os indivíduos

regressados a território europeu. Neste quadro tem sido alvo de um especial enfoque, desde 2013, a avaliação da ameaça colocada pelo regresso destes combatentes, que só é possível através do conhecimento tão minucioso quanto possível da situação no terreno na Síria e das redes de recrutamento para aquele teatro de Jihad, assim como da identificação das motivações que subjazem ao seu regresso.

***AUMENTO DA AMEAÇA SOBRE
TERRITÓRIO EUROPEU EM
FUNÇÃO DO ELEVADO
NÚMERO DE COMBATENTES
EUROPEUS NA SÍRIA/IRAQUE E
DA DISPUTA IDEOLÓGICA
ENTRE GEI E AQ PELA
LIDERANÇA DA JIHAD GLOBAL***

No Norte de África/Sahel continua a destacar-se a ameaça corporizada pelos grupos extremistas, conotados/ligados à AQ e grupos afiliados, particularmente a Al-Qaida no Magrebe Islâmico (AQMI), agravada durante 2015 pela emergência de estruturas ligadas ao GEI.

***AUMENTO DE NÚMERO DE
POLOS DE CONFLITO QUE SE
CONSTITUEM COMO
SANTUÁRIOS DE
ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS
DE MATRIZ ISLAMISTA***

O aproveitamento (i) pela AQMI, Al Mourabitoune (MUJAO e Signatários pelo

Sangue) do conflito tuaregue no Norte do Mali, e (ii) da permissividade securitária, em resultado das chamadas “Primaveras Árabes” pelos grupos extremistas magrebinos, contribuiu para um agravamento da ameaça terrorista, pelo que o Magrebe e Sahel continuaram a constituir-se como um dos focos do trabalho no âmbito do Contraterrorismo em 2015.

PROLIFERAÇÃO DE ARMAS QBRN

A proliferação de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares (QBRN) e dos seus vetores de lançamento constituem uma ameaça significativa à segurança global, que exige, da comunidade internacional, uma resposta concertada também de dimensão global.

Dificultar o acesso a bens tangíveis e intangíveis necessários ao desenvolvimento de programas militares de fabrico de armas de destruição em massa (ADM), em curso em vários países, é uma das vertentes mais importantes do combate a este fenómeno. A procura desses bens, por parte dos chamados Estados proliferantes, visa garantir a continuidade desses programas que, muitas vezes, enfrentam dificuldades e revezes por falta de autonomia e capacidade científica nacionais. Este fenómeno agrega um conjunto de

atividades lícitas e ilícitas, que explora as possibilidades e vulnerabilidades do comércio e do sistema financeiro internacionais, bem como do modelo das sociedades abertas, onde o estímulo à investigação científica e tecnológica é fundado na partilha do conhecimento e do *know-how*.

Os Serviços de Informações, entidades de cobertura, empresas, universidades e os centros de investigação desses Estados proliferantes são os atores que mais frequentemente se envolvem na missão de obter os meios necessários à continuidade dos programas nacionais de ADM. Este tipo de atividades, para além da ameaça que representa para a segurança mundial, poderá ainda constituir uma fonte de tensão nas relações políticas, diplomáticas e comerciais entre países não-proliferantes e que, por razões de ordem política e militar, se encontram mais vulneráveis ao potencial de risco desses programas de armamento.

O nosso país tem um considerável capital de conhecimento científico nestas áreas de interesse para terceiros. Tanto as nossas empresas como as nossas universidades e centros de investigação, com renome internacional em algumas áreas de conhecimento científico, não estão imunes a atividades comerciais ou académicas desenvolvidas com o intuito de aquisição de bens de uso dual ou de transferência de *know-how* em prol da proliferação de ADM.

Portugal é signatário de todos os Tratados e Convenções internacionais de combate a esta ameaça e é um parceiro ativo em todos os mecanismos internacionais de controlo de exportações. As diversas autoridades nacionais, que concorrem para esta finalidade, dão um contributo inegável para a segurança mundial.

No âmbito da proliferação de armas de destruição em massa e respetivos vetores de lançamento, manteve-se o acompanhamento das atividades desenvolvidas por Estados que se configuram como potenciais ameaças para Portugal ou para os seus aliados, que possam contribuir direta ou indiretamente para a aquisição, manutenção ou reforço deste tipo de arsenal, principalmente se passíveis de alterar os atuais equilíbrios geoestratégicos.

A monitorização deste fenómeno desdobrou-se em duas principais vertentes, sendo, por um lado, acompanhados os esforços efetuados no interior desses Estados visando assegurar o necessário complexo científico-industrial-militar, através da construção/melhoria de infraestruturas e, por outro lado, ao nível de projetos militares ou de Investigação e Desenvolvimento. Mereceu particular atenção o programa de armas químicas da Síria, dados o atual clima de instabilidade no

país e o acordo, alcançado em Genebra, para a sua destruição.

CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL

Ao longo das últimas décadas, o crime organizado transnacional evoluiu de forma substantiva, apresentando hoje características que impõem novos desafios securitários. Neste contexto, deve salientar-se a sua adaptação aos modelos económicos da globalização, assumindo um modelo empresarial de implementação global, que se rege por uma estratégia clara de maximização do lucro e minimização dos riscos, bem como a integração das novas tecnologias quer como instrumento facilitador das atividades criminosas mais clássicas, quer enquanto plataforma para a exploração de novos métodos de atuação.

UTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL POR ESTRUTURAS DE CRIME ORGANIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ILÍCITAS

Estas grandes mutações permitiram por um lado, a sofisticação de *modi operandi* e, por outro lado, o incremento da resiliência face à atuação das Forças e Serviços de

Segurança sobre as atividades ilícitas prosseguidas (narcotráfico, tráfico de seres humanos, auxílio à imigração ilegal, fraudes e burlas, contrabando e contrafação, branqueamento de capitais, etc). Assim, as estruturas de crime organizado têm consolidado estratégias de infiltração, erosão e subversão transversal nos domínios político, económico-financeiro e social convertendo-se numa crescente ameaça à soberania dos Estados e ao Estado de Direito.

Portugal dispõe de características que são consideradas atrativas por estruturas de crime organizado que pretendam utilizar o nosso território para a prossecução de atividades ilícitas, nomeadamente a sua situação geográfica (extensa faixa costeira, fronteira externa da Europa), a integração no Espaço Schengen e a proximidade cultural e histórica com territórios de origem ou trânsito de algumas das principais rotas de bens e produtos ilícitos. Por estas circunstâncias, as infraestruturas portuárias e aeroportuárias nacionais são particularmente visadas pela ação das estruturas de crime organizado transnacional.

Refira-se igualmente que a livre circulação no espaço Schengen motivou a emergência de estruturas criminosas transnacionais de elevada mobilidade que atuam de forma sistemática e sucessiva nos países europeus.

Muitas vezes confundida com fenómenos da criminalidade comum, uma vez que os seus elementos se dedicam primordialmente a tipologias de moldura penal menos agravada, esta criminalidade dita *itinerante* protagonizada por organizações transnacionais coloca dificuldades acrescidas à ação das Forças e Serviços de Segurança.

Os Serviços de Informações acompanham e monitorizam a atividade de estruturas criminosas transnacionais em Portugal, quer ao nível da utilização do nosso país para o desenvolvimento de atividades criminosas diretas (como a introdução de mercadorias ilícitas que têm como destino preferencial outros países europeus, com mercados criminais mais dinâmicos), quer indiretas (Portugal enquanto território de recuo de indivíduos diretamente conotados com as referidas estruturas ou como espaço para a prossecução de outras atividades ilícitas, como o branqueamento de capitais).

Este acompanhamento tem permitido antecipar tendências evolutivas no que respeita às estruturas de crime organizado e à sua interação com grupos criminosos nacionais, bem como identificar vulnerabilidades nacionais que potenciam e/ou facilitam a atuação das mesmas.

BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

As atividades promovidas por estruturas do crime organizado transnacional geram um volume financeiro que, integrado nos sistemas económico-financeiros dos Estados, constitui uma séria ameaça à sua integridade e estabilidade.

Segundo o relatório do United Nations Office on Drugs and Crime, divulgado em 2011, (o último com referência objetiva a esta estatística), os proventos ilícitos gerados pelas atividades das estruturas do crime organizado transnacional deverão situar-se entre os 2,3% e os 5,5% do PIB mundial. Agir sobre estas mais-valias constitui, assim, uma vertente fundamental para interromper ou limitar as atividades criminosas.

Um sistema financeiro global, que possibilita hoje a circulação (quase) instantânea de capitais, a diversidade de jurisdições - com diferentes regras de sigilo, uma vasta miríade de veículos financeiros disponíveis e o acesso a territórios fiscal ou economicamente mais vantajosos – servem para criar sucessivos véus de legitimidade nos fluxos de capitais ilícitos.

Por outro lado, a empresarialização do crime organizado está igualmente associada a um crescente recurso ao *outsourcing* de especialistas em setores profissionais

específicos, responsáveis pela construção e gestão da infraestrutura global necessária à circulação de capitais e à sua integração, investindo em produtos financeiros e setores económicos que podem inclusivamente transformar os processos de branqueamento de capitais em atividades geradoras de (mais) lucro.

No contexto deste quadro global de branqueamento de capitais promovido por estruturas do crime organizado transnacional, Portugal partilha os problemas dos restantes países da União Europeia, tendo sido detetados alguns indícios da utilização do Território Nacional para esse fim, compreendendo estratégias diversificadas.

Ainda que a instrumentalização pontual do sistema económico-financeiro nacional (enquanto parte de uma infraestrutura global) nas fases de colocação e circulação deva ser encarada como uma ameaça relevante, a integração de capitais no tecido económico encerra preocupações acrescidas pelos potenciais efeitos ao nível de distorções do mercado, em particular nos setores tradicionalmente visados que, no limite, podem traduzir-se numa posição dominante do crime organizado nesses setores, à semelhança, aliás, do sucedido em regiões específicas de outros países europeus.

Uma maior eficácia no combate atual ao branqueamento de capitais assenta sobretudo num incremento dos mecanismos de cooperação entre todas as entidades com responsabilidades quer de prevenção, quer de supervisão quer de repressão. As características que hoje assume a vertente financeira das estruturas de crime organizado transnacionais obrigam a um cruzamento de dados de diferente natureza – do tipo financeiro, policial e de *Intelligence*.

O papel dos Serviços de Informações, cuja missão é essencialmente preventiva, adquire particular importância numa estratégia que visa o reforço dos mecanismos de alerta e deteção precoce de operações e investimentos suspeitos, na identificação de vulnerabilidades passíveis de exploração, na caracterização das estruturas criminosas, das suas atividades e das estratégias que utilizam nas diferentes fases do branqueamento de capitais.

NARCOTRÁFICO

O narcotráfico constitui uma das ameaças transversais de maior complexidade e impacto socioeconómico e securitário da atualidade.

Em função da sua localização geográfica e da extensa faixa costeira, Portugal está particularmente exposto à ação de estruturas criminosas promotoras do tráfico

de cocaína e de haxixe, primordialmente enquanto país de trânsito com destino a outros países europeus e, em menor dimensão, enquanto mercado de consumo final.

Por outro lado, a fronteira com Espanha gera um fenómeno de aproveitamento do espaço ibérico por parte das referidas estruturas criminosas assente numa lógica de oportunidade, que se traduz numa dificuldade acrescida na deteção precoce de atividades criminosas.

Considerando a constante procura dos agentes de ameaça por novos mercados e novas rotas de distribuição de estupefacientes – designadamente através de Estados com os quais Portugal mantém, historicamente, um estreito relacionamento – têm vindo a implementar-se mecanismos de recolha de informações, designadamente através de meios privilegiados e da cooperação com entidades nacionais e dos países afetados por este fenómeno (com destaque para a CPLP e o espaço latino-americano), valorizando as vias da cooperação bilateral e multilateral.

Esta atividade tem permitido, num quadro preventivo, a produção de informações adequadas à identificação de tendências futuras do fenómeno e de tipologias criminosas associadas, bem como à cooperação com entidades nacionais

competentes em matéria de combate ao narcotráfico.

EXTREMISMOS

Na maioria das democracias ocidentais, os extremismos político-ideológicos constituem uma dimensão importante, ampliando o leque de opções políticas do sistema (quando se exprimem no quadro da legalidade democrática) ou, pelo contrário, forçando esse mesmo sistema a reagir e a prevenir-se contra tentativas de subversão – por meios ilegais e/ou violentos – da ordem constitucional vigente.

A AÇÃO DE INDIVÍDUOS OU ORGANIZAÇÕES QUE RECORRENDO A MEIOS ILEGAIS E/OU VIOLENTOS PARA ALCANÇAR DETERMINADOS OBJETIVOS POLÍTICOS, ATENTAM CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL VIGENTE PROCURANDO ALTERÁ-LA OU MESMO SUBSTITUÍ-LA

Naturalmente, os Serviços de Informações das democracias fazem incidir a sua atividade operacional exclusivamente nos extremismos políticos/ideológicos que, atuando à margem do sistema, equacionam recorrer à ação ilegal e à violência, em detrimento dos mecanismos democráticos, para alcançar os seus objetivos.

No caso português, esta missão abrange atualmente tanto o espectro ideológico da extrema-direita – representado por estruturas ultranacionalistas, neofascistas e *skinhead* neonazi – como o da extrema-esquerda – representado por grupos anarquistas e anticapitalistas autónomos. Importa, contudo, salientar que os agentes da ameaça, no campo dos extremismos políticos/ideológicos, estão em permanente evolução, pelo que os serviços devem assegurar a capacidade de detetar e avaliar novas estruturas e tendências emergentes no país.

Regra geral, os grupos extremistas de ambos os espetros ideológicos – mesmo aqueles que estão alinhados a nível internacional com grupos particularmente violentos – têm revelado um radicalismo no plano do discurso que não tem tido igual equivalência no plano da ação. Com efeito, nos últimos cinco anos, não obstante o endurecimento do discurso antissistema (com apelos à violência), a intervenção dos grupos extremistas jamais colocou em causa a ordem constitucional, traduzindo-se apenas em pontuais ações ilegais ou violentas.

Neste domínio, os Serviços de Informações acompanham a atividade de grupos e organizações de índole extremista marcadamente orientados para a violência,

no sentido de aferir das suas intenções e capacidades, numa ótica preventiva.

A cooperação nacional e internacional é indispensável neste contexto.

SEGURANÇA URBANA

No contexto da segurança interna, o fenómeno da violência urbana é o reflexo de uma realidade consubstanciada por um conjunto de ações perpetradas por grupos violentos de matriz não ideológica cuja atuação assenta em três vetores essenciais que a promovem: os conflitos com representantes do Estado, as situações de instabilidade social e as atividades ilícitas que desenvolvem.

A VIOLÊNCIA URBANA ENQUANTO AMEAÇA À SEGURANÇA INTERNA

No sentido da prevenção dos atos que possam por em causa o normal funcionamento das instituições democráticas, têm sido acompanhadas e monitorizadas as redes e grupos criminosos que demonstram ter uma elevada capacidade de expansão e diversificação dos mercados ilícitos onde operam.

Estes grupos recorrem, frequentemente, a armas brancas e de fogo nas suas múltiplas

atuações, contribuindo de forma exponencial para o aumento da violência com reflexos concretos no espaço público.

Importa referir a existência de duas realidades paralelas que se entrecruzam. Se por um lado, existem grupos fortemente hierarquizados e herméticos, que oferecem um sentimento ilusório de pertença e proteção, a troco de fidelidade absoluta e envolvimento em atividades ilícitas de diversa natureza, por outro, verifica-se a existência de outros cuja atuação se encontra maioritariamente associada ao contexto da diversão noturna, quer através da prática de ilícitos criminais de cariz manifestamente violento, como extorsões, cobranças difíceis ou ofensas à integridade física, quer pela prestação de serviços de segurança privada a título ilegal. Estas dinâmicas criminosas, uma vez sedimentadas, geram teias intrincadas de comprometimento extensíveis a outros atores que suportam a atuação criminosa.

O acompanhamento por parte dos Serviços de Informações nestes domínios assenta na leitura constante da realidade sob observação no sentido de identificar alterações significativas do *status quo* que revelem uma escalada de violência. A cooperação nacional é bastante dinâmica no acompanhamento destas matérias.

CIBERAMEAÇAS

O aumento da interconetividade da sociedade tem propiciado uma maior exposição de atividades e bens, dando origem a novas vulnerabilidades securitárias e fomentando o aumento do grau de ameaça que impende sobre as entidades (Estados, organizações e indivíduos) presentes no espaço digital.

Exemplo desta tendência tem sido o aumento de ataques informáticos que têm por alvo os equipamentos móveis de comunicação e, igualmente, a forte pressão exercida sobre o setor bancário, designadamente a banca *online*, alvos permanentes dos cibercriminosos e de *software* malicioso cada vez mais complexo e sofisticado.

SALVAGUARDA DOS INTERESSES NACIONAIS NO CIBERESPAÇO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DAS AMEAÇAS DE ORIGEM EXTERNA

Neste contexto, a cibercriminalidade informática tem alcançado um elevado grau de sucesso na exploração das vulnerabilidades securitárias existentes, situação que lhe tem permitido atingir elevados patamares de rentabilidade. Este panorama estimula o aumento do número de atores envolvidos e introduz vertentes

de segmentação e de especialização das atividades ilícitas *online*. Tem-se assistido, assim, à emergência de mercados negros, para a troca de produtos e serviços relacionados com esta atividade, que facilitam a condução de práticas ilícitas no espaço digital por parte de atores com mais reduzidos níveis de conhecimento tecnológico.

Por isso, a cibercriminalidade informática constitui uma ameaça ao desenvolvimento da economia digital global, pese embora o aumento deste fenómeno esteja a ser contrariado pela construção de uma arquitetura internacional de segurança.

Numa outra linha de análise, a maior exposição de atividades e bens no espaço digital tem contribuído, igualmente, para proporcionar capacidades acrescidas aos atores (estatais e não estatais) envolvidos em atos de ciberespionagem, à escala internacional.

Com efeito, nos últimos anos, tem sido detetado um número crescente de *software* malicioso (*malware*) concebido especificamente para operações de ciberespionagem e cuja responsabilidade permanece de difícil atribuição. Diversos Estados têm efetuado elevados investimentos no desenvolvimento de capacidades ofensivas a este nível, designadamente na criação de ciberoperações cada vez mais específicas,

com o objetivo de obter informação depurada de natureza política, económica, tecnológica e militar, inclusive como forma de obter dados para apoio a ações de potencial recrutamento por parte de Serviços de Informações hostis.

Por último, o espaço digital tem vindo a constituir palco privilegiado para a atuação de grupos ativistas e movimentos extremistas. No que se refere aos atores radicais de matriz religiosa, a vertente mais visível tem consistido na utilização do espaço digital para a condução de ações de proselitismo.

No que respeita aos grupos *hacktivistas*¹, diversos coletivos, maioritariamente dotados de estruturas de geometria variável, têm alcançado maior visibilidade através da utilização do meio digital para divulgação das suas mensagens e para a condução de atividades disruptivas.

A ação dos Serviços de Informações neste contexto assenta no acompanhamento permanente do fenómeno, com o intuito de identificar precocemente novas ferramentas, *modi operandi*, agentes de ameaça e vulnerabilidades passíveis de exploração.

A cooperação com outras entidades a nível nacional com competências nesta matéria tem-se revelado como essencial.

SEGURANÇA ENERGÉTICA

Tema incontornável do contexto geopolítico e estratégico internacional, a temática da segurança energética assume, também para Portugal, particular relevo em múltiplas vertentes, incluindo nomeadamente questões relacionadas com a segurança do abastecimento e a dependência energética do exterior, a dinamização de energias alternativas e da eficiência energética, a projeção externa dos interesses nacionais no domínio energético e impactos económicos e financeiros decorrentes das movimentações dos mercados energéticos internacionais.

Neste contexto, assume especial relevo o acompanhamento das principais tendências ao nível dos hidrocarbonetos e das energias alternativas, nomeadamente em termos de comportamento dos mercados, bem como as principais movimentações de atores estatais e não estatais suscetíveis de influenciar o xadrez energético europeu e nacional.

¹ Grupos cujas ações recorrem ao “hacking” como forma de intervenção política e social.

GARANTIA DA SEGURANÇA DOS ABASTECIMENTOS E REDUÇÃO DA DEPENDÊNCIA EXTERNA

Os mercados têm sido igualmente influenciados por desenvolvimentos relevantes no domínio dos hidrocarbonetos, com a perspetiva de alguns atores, de vários espaços geográficos, poderem vir a assumir um papel de maior relevo ao nível da oferta, contribuindo favoravelmente para um quadro de estabilidade.

De igual modo, os mercados de Gás Natural Liquefeito assumem uma pertinência acrescida, designadamente pelas múltiplas valências potenciadas, quer em termos de aproximação entre mercados produtores e consumidores, quer pelas mais-valias proporcionadas em termos de flexibilidade, factos que, conjugados com a crescente dinamização de fontes de energia não convencionais, potenciam movimentações relevantes no âmbito dos mercados gasíferos internacionais e contribuem para o reforço da segurança energética europeia e nacional.

Assiste-se também a algumas situações de instabilidade em regiões fornecedoras de energia, incluindo ao mercado nacional, as quais têm impacto no comportamento dos mercados energéticos internacionais.

Assumem ainda relevo questões relacionadas com o transporte de produtos energéticos, ponderando quer eventuais constrangimentos nos principais *chokepoints*² que ligam regiões produtoras a mercados consumidores, quer o potencial de crescente dinamização de outras vias de circulação.

SEGURANÇA ECONÓMICA

Num contexto de crescente globalização económica e financeira dos mercados, as questões relacionadas com a segurança económica tendem a assumir uma pertinência acrescida, considerando-se relevante, nesse âmbito, uma avaliação, nas perspetivas do comércio e do investimento entre atores de diferentes espaços regionais e com valências económicas diversas, permitindo, em alguns casos, o estabelecimento de complementaridades entre interesses económicos de diferentes países.

Portugal, no eixo entre os continentes americano, europeu e africano, beneficiando, simultaneamente, de

² “Chokepoints”, pontos críticos de passagem, como os Estreitos de Ormuz, Malaca, Bab el-Mandab, Bósforo e Dardanelos, bem como os canais do Suez e do Panamá, situação que, perante o atual contexto de intensificação do tráfego marítimo comporta vulnerabilidades energético-securitárias. Entre as principais ameaças à estabilidade do tráfego marítimo nos principais chockpoints, cumpre destacar, em particular, o terrorismo e a pirataria.

importantes âncoras noutras geografias e procurando dinamizar o seu relacionamento económico externo, encontra-se numa situação privilegiada para poder beneficiar do clima de maior abertura económica a que, em termos globais, se tem vindo a assistir nos últimos anos, não obstante o quadro de incerteza sobre a evolução económica de alguns mercados.

A economia internacional tem também sido marcada por avanços em vários processos de integração regional, num quadro em que têm vindo a delinear-se vários blocos económicos cujos acordos de cooperação contribuirão também para as interações geoeconómicas que se tenderão a estabelecer a nível internacional.

DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS NO ÂMBITO DA PROJEÇÃO ECONÓMICA DO PAÍS NO EXTERIOR E IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE RISCO PARA A ECONOMIA NACIONAL

Com a crescente globalização dos mercados, tem-se assistido também a um aumento do comércio internacional, assumindo a circulação marítima, tanto pelas oportunidades proporcionadas, como pelos desafios subjacentes particularmente no domínio securitário, valências cada vez mais relevantes, considerando-se indispensável acautelar, também neste

domínio e dada a localização estratégica de Portugal, a defesa dos interesses nacionais.

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS OCEANOS

Paralelamente, o interesse estratégico de Portugal nas questões relacionadas com os Oceanos prende-se também com o aproveitamento do potencial associado aos processos de extensão das plataformas continentais.

5 A PERSPETIVA DAS INFORMAÇÕES

O grande desígnio do SIRP consiste na sua afirmação enquanto ativo estratégico do Estado português. Os Serviços de Informações nacionais são chamados, direta ou indiretamente, à primeira linha da avaliação dos fatores de risco e das ameaças, mas também na prospeção das oportunidades e das linhas de força que convergem para a definição do ambiente de segurança e aferição dos pontos de equilíbrio e rutura.

Neste domínio, o SIRP orienta, globalmente, a produção de Informações para as grandes “manchas” de interesses e de compromissos internacionais de Portugal, tanto no que se refere à produção documental e às operações desenvolvidas, quanto no que respeita à sua intervenção direta nos *fora* de peritos e na cooperação operacional no contexto da comunidade das Informações.

Na perspetiva das Informações, que segue um dos instrumentos de orientação estratégica do Estado português – o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2013) – exige-se a persecução de um conjunto de interesses nacionais devidamente identificados:

(I) afirmar a presença no mundo;

(II) consolidar a sua inserção numa sólida rede de alianças;

(III) defender a afirmação e a credibilidade externa do Estado;

(IV) valorizar as comunidades portuguesas; e

(V) contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional

Só através da promoção da prosperidade, do desenvolvimento das capacidades (materiais e imateriais) do país e da redução das suas vulnerabilidades e dependências, que assegurem a restauração da estabilidade financeira e do crescimento económico, será possível reforçar, em conjunto, a segurança nacional pela via da diplomacia, pela ação das Forças Armadas, pelas missões contínuas das Forças e Serviços de Segurança, acrescidas da indispensável inteligência estratégica, que é determinante na efetiva realização do potencial estratégico do país.

Valorizar esta dimensão significa:

“ privilegiar a qualidade das informações estratégicas, da visão prospetiva e dos processos de decisão. ”

Neste sentido, é indispensável também reforçar a capacidade de ação estratégica do Estado.

As mudanças e a incerteza, que tenderão a acentuar-se, assumem um desafio fundamental para os Serviços de

Informações, à luz das missões em prol de Portugal. Para as cumprir, estão obrigados a reforçar a sua vertente prospetiva, o que implicará uma forte aposta nas suas capacidades de previsão e cenarização. Aqui, pensamos, se julgará a avaliação pública da sua eficácia, da sua credibilidade e, logo, da sua utilidade, agora e no futuro.